

# A INFLUÊNCIA DA DIPLOMACIA EM CONTROVÉRSIAS: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE MEDIAÇÃO DIPLOMÁTICA E CONFLITO ARMADO

Cícero Ricci Cavini<sup>1</sup>

## Introdução

A Segurança Internacional desenvolveu-se após a segunda Grande Guerra sob o aspecto da proteção dos Estados. As correntes tradicionais de Segurança desenvolveram suas teorias num ambiente de Guerra Fria, havendo, assim, elementos epistemológicos do Racionalismo e do Positivismo (Barrinha 2013; Lasmar 2017). O objetivo deste estudo é observar a influência da diplomacia nas controvérsias internacionais, analisar situações reais em que a diplomacia influenciou a escolha da mediação e a escolha do conflito armado e, por fim, aprofundar o conhecimento das consequências da mediação e da guerra.

O artigo tem seu enquadramento teórico no Pós-estruturalismo, caracterizado por Lasmar (2017) pelo condicionamento do ser humano como significador e atribuidor dos fatos (construção social). Na área da Segurança Internacional, o Pós-estruturalismo, deve nomear a ameaça ou a proteção bom como os meios. Assim, consegue expor as intenções ocultas no ato da construção política (inclusive do discurso político). Os autores e pesquisadores Christer Jönsson e Karin Aggestam questionam a preferência dos Estados pela mediação ou pela guerra, e, com isso, pretendemos contribuir com análises sob o prisma diplomático. Dessa maneira, podemos alinhar a teoria revisitada às ações diplomáticas, colaborando com o sistema internacional de segurança.

---

<sup>1</sup> Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa. Lisboa, Portugal. E-mail: cicerocavini@gmail.com

A Segurança Internacional desenvolveu outras teorias, que neste estudo tem apenas a função de contextualização, primeiramente o Realismo (Neorrealismo), caracterizado por entender que o Estado é o principal ator nas Relações Internacionais e, também, é tido como unitário, racional e detentor do poder num ambiente anárquico. Devido à ausência de poder regulador no ambiente internacional, há excessiva desconfiança, rivalidade, hostilidade e busca pelo poder. Dessa forma, o Realismo, entende que um Estado é a principal ameaça a outro Estado (Santos e Ferreira 2012; Lasmar 2017). Continuando na visão de Lasmar (2017), o Liberalismo nos estudos internacionais tem sua base na razão humana, ou seja, há instituições, diálogos, normas, valores, desenvolvimento e, por fim, a paz (Teoria da Paz Democrática). Nesse ambiente, caracterizado pelo progresso, comércio e democracia (bondade dos indivíduos), há menos espaço para conflitos entre Estados.

Os Estudos Críticos sobre Segurança Internacional iniciam a partir de 1960, quando há uma busca por um entendimento mais amplo da Segurança Internacional. Nesse contexto, três escolas destacam-se nesses estudos: a Escola Galesa, por meio dos pesquisadores Ken Booth e Richard Wyn Jones, que criticam a segurança num ambiente anárquico difundido pela Teoria Realista; a Escola de Copenhague, por meio dos autores Barry Buzan e Ole Waever, que desenvolvem a Teoria da Securitização; e, por fim, a Escola de Paris, por meio de Didier Bigo e Jef Huysman, que analisam políticas de Segurança Internacional pelo domínio do Estado (Gomes 2017).

Finalmente, os Construtivistas, interpretam as ações, práticas e instituições sociais a partir do coletivo e dos seus significados, ou seja, a prática social constrói normas e instituições. Assim, não é possível que conflitos tenham apenas o viés material, sendo necessário atentar aos valores, normas, alianças, instituições e percepções para significar uma ameaça (Lasmar 2017).

Nesse ambiente de Segurança Internacional a diplomacia forma-se sobre três bases que são entrelaçadas: (1) a Diplomacia Pública, que representa uma nação e cria a imagem desse país no estrangeiro; (2) a Informação, agrupamento de dados para os serviços de inteligência; e (3) a Negociação, diálogos que possibilitem um resultado *win-win* e assegurem a defesa (Jesus 2014). Esforços diplomáticos para resolver conflitos constituem partes integrantes da governança dos Estados; esses esforços podem ser traduzidos por negociações. O termo diplomático está intrinsecamente ligado aos representantes oficiais, profissionais que precisam confiar em suas habilidades (Jönsson e Aggestam 2009).

A convenção de Viena de 1961 sobre as Relações Diplomáticas (artigo 3), descreve as funções da diplomacia como: (1) Representação, o Estado é

representado no estrangeiro pelos diplomatas; (2) Proteção, o Estado defende seus cidadãos no exterior; (3) Informação, mensagens entre governos caracterizadas pelas mais diversas frentes; (4) Promoção, projeção tanto da imagem quanto das boas relações econômicas, culturais e científicas; (5) Negociação, busca por acordos ou compromissos comuns com outros Estados; (6) Especialização técnica, habilitação do diplomata em um assunto específico como imprensa, comércio ou cultura; (7) Mediação, quando ações hostis entre Estados necessitam de um terceiro imparcial para estabelecer contato (Mendes 2017).

Segundo Marshall (1990), há seis significados designados à diplomacia que influenciam a resolução de conflitos:

1. A diplomacia torna-se sinônimo de Política Externa;
2. A diplomacia conduz a política externa, sinônimo de Governança;
3. A diplomacia faz a gestão das Relações Internacionais por meio de negociações;
4. A diplomacia é organizada, vinculada a um Estado ou a uma equipe de profissionais;
5. A diplomacia conduz as relações pela inteligência e percepção do ambiente;
6. A diplomacia inclui normas, linguagem e cortesia.

Assim, a diplomacia caracteriza-se, *a priori*, como as atividades exercidas nas relações entre os Estados, cujo objetivo central é a paz e prevenção de conflitos; e, *a posteriori*, a negociação e o poder, ilustram a oscilação entre estratégias de ameaça e recompensa. Essas estratégias influenciam a estrutura de incentivos para a resolução de conflitos e, pode chegar a vias de guerra (Jönsson and Aggestam 2009).

Permanecendo na visão dos autores, nos últimos anos, o grande desafio para a diplomacia tem sido o gerenciamento desses grupos de conflitos e a supervisão e implementação de acordos negociados. Considera-se que as mudanças nos quadros normativos evoluíram e facilitaram a resolução de conflitos. Dessa forma, a diplomacia é, com certa frequência, contrastada com a guerra, mas a chamada diplomacia coercitiva faz uso de força limitada e ameaças para persuadir seus oponentes.

O Oriente Médio é um exemplo dos extremos entre mediação e conflito, ao mesmo tempo em que a região constrói a paz, realiza a guerra. Os diplomatas estão sempre nesse ambiente, realizando negociações e coerções,

e, quando ocorrem hostilidades há a quebra de diplomacia e uma guerra exige novos esforços diplomáticos (Jönsson e Aggestam 2009).

A pesquisadora Sales (2016) escreve que a mediação de conflitos é um caminho que busca a solução por meio do diálogo consensual, inclusivo e colaborativo, entre as partes envolvidas e um terceiro participante imparcial. Segundo as Nações Unidas (2012), a mediação é considerada uma das formas mais eficazes de prevenção, gerenciamento e resolução de controvérsias. Assim, para que o objetivo final seja satisfatório, é essencial que os envolvidos saibam da nobreza e do mérito da mediação, sempre com apoio técnico e político.

Uma mediação com preponderância para resolução pacífica faz a conexão entre o ouvir e o dialogar. Se necessário, realiza a introdução de outros interessados à negociação de paz. Um acordo de paz que expresse qualidade e ofereça justiça, segurança e reconciliação deve abranger, obrigatoriamente, “o tratamento dos erros do passado e criar uma visão de futuro para toda a sociedade” (ONU 2012, 25).

Falar de mediação diplomática pressupõe conflitos, tendo as guerras<sup>2</sup> um largo histórico na humanidade. Zahreddine (2017, 133) nos conta que após a Primeira Guerra Mundial, o Idealismo ganha força por meio da Cátedra Woodrow Wilson com os quatorze pontos necessários para criar condições de encerramento da Grande Guerra. Permanecendo nas contribuições do autor, em 1929 a crise no sistema internacional e a mudança de visão dos Estados fez com que o Liberalismo não conseguisse responder aos problemas de desenvolvimento (2017, 134). Consequentemente, essa Escola não conseguiu impedir a II Grande Guerra, e, após esse acontecimento, a Teoria Realista entende como causa de guerras os estrangimentos sistêmicos do ambiente anárquico.

Para Lara (2011; 2017), diversos fatores se tornam agentes da guerra: os meios, os objetivos que serão alcançados, a duração do conflito e sua extensão. Os conflitos são distintos em três grupos: (1) Guerra Total, quando um Estado deseja a destruição total do outro Estado e utiliza qualquer meio para isso; (2) Guerra Geral, quando se busca a destruição do oponente, mas sem efeito à totalidade dos recursos disponíveis; e (3) Guerra Limitada, quando o conflito tem uma finalidade restrita, com uso parcial dos recursos disponíveis. Ao revisitar os fatos históricos, observam-se aproximadamente 824 mediações realizadas pela Organização das Nações Unidas entre 1947 e 2017

---

2 Os termos “guerras” e “conflitos armados” possuem significados semânticos, sendo a única distinção a carga emocional das palavras devido aos históricos negativos do primeiro termo.

(ONU 2019) e, por outro lado, há a realização de aproximadamente 37 conflitos armados de 1932 a 2009, considerando-se, nesse número, guerras/invasões que envolveram/envolvem dois ou mais Estados (Sohistoria 2019).

## Nota metodológica da pesquisa

Há dois motivos que levam ao estudo deste conteúdo e sua observação. O primeiro deles refere-se à declaração do Secretário-Geral da ONU, em 23/05/2019, em que tornou público a informação que no último ano houve 22.800 mortes de civis em seis países onde há conflito, são eles: Afeganistão, Iraque, Mali, Somália, Sudão do Sul e Iêmen<sup>3</sup>. O segundo motivo foi a divulgação da *UN Peacekeeping*, em 21/05/2019, que informou que, diariamente, 44.000 pessoas são forçadas a deixarem suas casas e seus meios de sobrevivência devido a conflitos e, conseqüentemente, entram para um mundo de pobreza<sup>4</sup>. Assim, sob o argumento da influência diplomática, propomos a pergunta de partida: como a diplomacia pode influenciar as controvérsias no cenário internacional?

### *Caracterização da pesquisa realizada*

A presente pesquisa está enquadrada no paradigma qualitativo, em que utilizaremos estudos de caso para explorar e descrever fenômenos e características de uma determinada região ou população. Dessa forma, a investigação científica é a busca pela solução de problemas ligados ao conhecimento pragmático no qual vivemos (Fortin 2009).

### *Amostra e coleta de dados da pesquisa*

Nesse artigo utilizamos dois estudos de caso para analisar o fenômeno da influência diplomática nas mediações e nos conflitos armados. Os casos foram escolhidos por espaço geográfico, seguido de proximidade de datas, com controvérsias semelhantes e, por fim, pelas escolhas realizadas pelos seus líderes: mediação ou guerra.

O primeiro estudo de caso está localizado no continente africano, e ocorreu em 1999 para solução de controvérsias nas fronteiras entre o Sudão e a Uganda; os países optaram pela mediação diplomática. O segundo estudo de

3 Informação extraída do tuíte do Secretário-geral da ONU, senhor António Guterres, em 23 de maio de 2019 às 17h09.

4 Informação extraída do tuíte da UN Peacekeeping em 21 de maio de 2019 às 14h00.

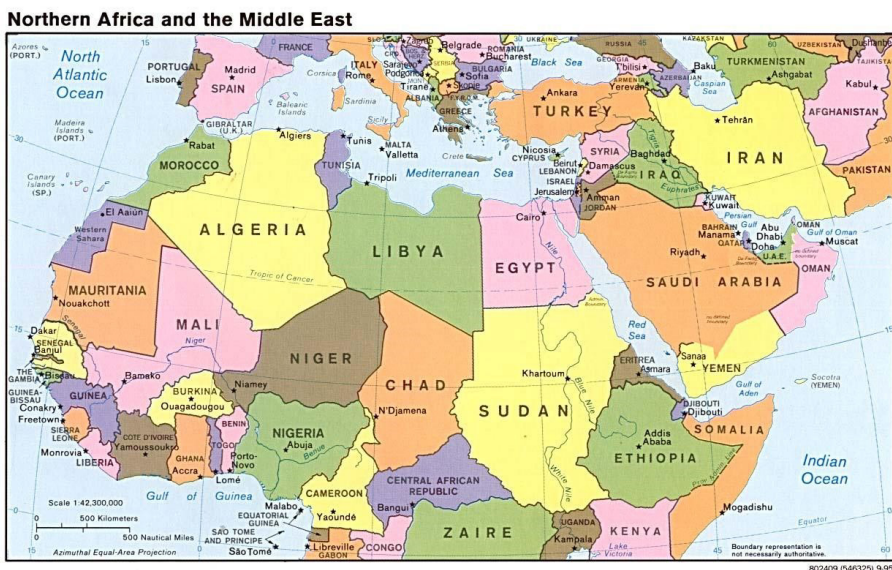
caso, também localizado na África, ocorreu entre 1998 e 2000, para solução de controvérsias nas fronteiras entre a Eritreia e a Etiópia; os países optaram pelo conflito armado.

Os dados sobre as duas situações de estudos de casos deste artigo foram retirados da Organização das Nações Unidas (ONU), Central Intelligence Agency (CIA), livros acadêmicos e artigos científicos sobre os temas. Os países, nestes estudos de caso, estão localizados na África Oriental, região que tem a sua importância relatada nos estudos de Samuel Cohen como parte integrante do *Shatterbelt* do Oriente Médio. As controvérsias desses quatro países foram considerados uns dos principais conflitos da década de 1990 no continente africano (Batalha 2015).

## Desenvolvimento: análise e descrição dos resultados

Posteriormente à leitura e identificação dos elementos-chave dos estudos de caso, seguem as análises de cada um deles. Observem o mapa do continente africano, datado de 1995 (Figura 1), última atualização da CIA antes de iniciarem os conflitos aqui estudados, datados de 1998 a 2000:

**Figura 1: Norte da África e Oriente Médio**



Fonte: University of Texas Libraries by Central Intelligence Agency, 1995.

### ***Caso 1: a mediação diplomática entre Sudão e Uganda***

Sudão e Uganda estão localizados no Norte da África e estão separados, atualmente, pelo Sudão do Sul. No ano de 1995, os dois países romperam relações diplomáticas sob o argumento de violação de fronteiras e de apoio a rebeldes (Neu 2002). Em princípio, o Sudão, apoiou o Exército de Resistência do Senhor na Uganda como ferramenta de retaliação pela participação do Governo de Uganda na guerra do Sudão contra o Exército de Libertação Popular do Sudão (Neu 2002).

No ano de 1999, esses dois países, realizaram um passo importante para manutenção da paz entre si. O acordo, denominado Acordo de Nairóbi foi assinado em dezembro de 1999 com o objetivo de garantir o respeito às soberanias e à integridade territorial, baseada nas Cartas das Nações Unidas e, também, na Organização para a Unidade Africana. Assim, ambos países renunciaram o uso da força ou ações hostis para resolverem suas diferenças por meio da mediação diplomática.

Para a efetiva paz entre os países, a ONU foi responsável pela mediação entre as partes e o programa de solução de controvérsias foi pautado em dez pontos essenciais, conforme ONU (2019, traduzido pelo autor), sendo:

1. Cada país, a saber, Sudão e Uganda, deve respeitar a soberania e integridade territorial um do outro, de acordo com as cartas das Nações Unidas e da Organização para a Unidade Africana;
2. Renunciar o uso da força para resolver as diferenças, e realizar ações para evitar quaisquer atos hostis entre si;
3. Haverá esforços para dismantelar e desarmar grupos terroristas, prevenir quaisquer atos de terrorismo ou ações hostis que possam originar nos territórios gerando perigo e insegurança nas outras nações;
4. Não haverá abrigo, patrocínio, informação militar ou apoio a quaisquer grupos rebeldes, grupos de oposição ou elementos hostis nos territórios um do outro;
5. Haverá um esforço comum para promover a paz regional, à própria iniciativa, com total apoio da IGAD (Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento), e de modo algum prejudicando ou interferindo em sem papel, em acabar com a guerra civil no Sudão;
6. Não haverá campanhas de propagandas hostis e negativas entre os dois países;

7. Os prisioneiros de guerra serão restituídos aos seus países;
8. Não ocorrerá qualquer abuso ou injúria de cidadãos inocentes, e haverá um esforço especial para localizar qualquer desaparecido, especialmente crianças que foram sequestradas, e devolvê-las para suas famílias;
9. Serão respeitadas: as leis internacionais que regem os refugiados, as atividades de ONGs e os transportes nas fronteiras. Haverá facilitação para o regresso e o reassentamento de refugiados;
10. Haverá anistia e reintegração a todos os ex-combatentes.

Esses termos assinados entre os países permitiram em fevereiro de 2000 que as duas capitais envolvidas pudessem designar equipes diplomáticas para a continuidade dos serviços. Houve envio de embaixadores e as relações diplomáticas foram restauradas.

### ***Caso 2: o conflito armado entre Eritreia e Etiópia***

Observar a situação entre Eritreia e Etiópia é demasiadamente complexo com “embaraçosas contradições diplomáticas” (Prunier 2015, 233). Para a compreensão do conflito ocorrido no período de 1998-2000, relembramos que a origem do Estado da Eritreia é fruto de trinta anos de conflito armado na região. Quando, enfim, a Eritreia conseguiu sua independência em 1993, a comunidade internacional pensava que a situação estava resolvida. No entanto, novo conflito armado reafirma o problema geopolítico da região. Para Gérard Prunier a questão Eritreia-Etiópia compara-se à questão Israel-Palestina, caracterizado por divergências culturais e história ofensiva.

A solução para esse conflito foi considerada complexa, porque se baseia em “sentimentos” (Prunier 2015, 235). Segundo o autor, o histórico dessa região resume-se em ocupações e explorações agrícolas (ou industrial-agrícola no século XX), começando em 1314 pelo Imperador Amda Syon, passando pelo Império Otomano, posteriormente o Egito (1821), a influência da Grã-Bretanha e, finalmente, a Itália (1907).

O que reacendeu a guerra entre as duas regiões em 1998, a princípio, foi o fator econômico, porém há outras causas nesse contexto. Devemos nos atentar que a Eritreia teve ao longo de sua história uma projeção para ser uma nação industrial agrícola; porém, com o pequeno avanço e crescimento da Etiópia a região voltou a ter problemas.

De um lado, a Eritreia dizia que a nova capacidade de produção da Etiópia minava suas exportações e, por outro lado, a Etiópia dizia que a Eritreia



explorava seu subdesenvolvimento. Os caminhos escolhidos pelas nações após a separação em 1993 mostram que as conquistas da Etiópia estavam baseadas numa escolha federal, enquanto a Eritreia trilhava um caminho com uma escolha centralizada, baseada no autoritarismo de guerrilheiros (Prunier 2015).

Permanecendo no olhar de Prunier, os problemas econômicos não foram as causas da retomada da guerra e, sim, desconexões políticas e culturais (atentar que, além dos fatos já expostos no texto, há o agravante de uma população ser cristã e a outra muçulmana, incorrendo numa divisão étnica-política). A Eritreia se orgulhava de ter sido influenciada pelo Império Otomano, enquanto a Etiópia não; fato da Eritreia estar em desvantagem econômica da Etiópia incomodava (e muito) a superioridade eritreia.

O autoritarismo de guerrilheiros no poder da Eritreia e a falta de diplomacia do país foi o real motivo que reiniciou a guerra. Esse autoritarismo por guerrilheiros no poder também pode ser visto em países como Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Uganda, Ruanda, Burundi e Sudão do Sul. O que fomentou o novo conflito de 1998 a 2000, na opinião de Prunier (2015), foi o “preconceito e a política irracional justificada por territórios de fronteiras sem valor econômico” (Prunier 2015, 251).

Essa guerra se arrastou pelas trincheiras, ao estilo da Primeira Grande Guerra, com o custo de US\$ 4,5 bilhões e aproximadamente 80 mil mortos. A diplomacia foi “obscura e confusa”, como o conflito armado em si, e resultou num estado de não paz, posteriormente de não guerra (Prunier 2015, 252). Após o término da guerra em 2000, a Eritreia mergulhou numa ditadura, ocorrendo o fechamento de organizações independentes e de igrejas cristãs. No início do século XXI, a Eritreia, foi a segunda maior fonte de refugiados da África e a quarta do mundo (Prunier 2015, 253).

## Conclusão

O presente trabalho abordou o tema diplomacia e sua influência nas controvérsias, especificamente sobre as mediações e os conflitos armados. O objetivo deste artigo constituiu-se em observar a influência da diplomacia em controvérsias, analisar casos reais e aprofundar-se no conhecimento e nas características teóricas do assunto.

Após a pesquisa proposta na metodologia de estudo de caso, percebemos que na região do Chifre da África houve a realização tanto da mediação diplomática quanto do conflito armado, e tais eventos respeitavam os parâ-

metros propostos de (1) proximidade de espaço geográfico, (2) proximidade de datas, (3) com controvérsias semelhantes e (4) escolhas distintas realizadas pelos seus líderes: mediação (Sudão e Uganda) e guerra (Eritreia e Etiópia). Podemos assim, responder à pergunta de partida refletindo sobre como a diplomacia pode influenciar as controvérsias no cenário internacional; sendo essa sua principal missão ou, até mesmo, seu papel fundamental.

Primeiramente, temos de consolidar que a diplomacia, a mediação e o conflito armado são escolhas do sistema político em que estamos inseridos. São ferramentas para obter poder, influência e dinheiro num espaço geopolítico em que os Estados se enfrentam ou cooperam entre si para um objetivo específico.

A diplomacia, conforme revisão teórica, se movimenta entre os dois extremos (mediação e coerção), sendo a resposta direta dos países nas controvérsias. Pelas suas características, a diplomacia influencia e é vital para os dois caminhos observados neste artigo. A exemplo, lembramos que o embaixador pode solicitar formalmente à ONU, via carta diplomática, intervenção em controvérsias de forma a buscar a solução pacífica do problema. Quando essa atitude não ocorre, demonstra um horizonte que pode chegar ao conflito armado.

Da mesma forma, a diplomacia, por meio da inteligência, pode escolher um caminho de coerção e apontar para um nível mais agressivo que não contemplará a mediação diplomática. Ainda que a nova geopolítica se expresse pelo espaço e poder, devem-se atentar para as consequências dos conflitos armados (Batalha 2015), como: migração, refugiados, governos autoritários ou capitalismo neoliberal, violência sexual, degradação das estruturas sociais e familiares, desemprego, pobreza, inacessibilidade às unidades de serviços básicos, entraves à exportação, desvalorização de *commodities*, aumento no consumo de álcool e drogas, aumento da prostituição, queda do saneamento básico e acesso à água potável (Piepole 2001; Batalha 2015).

Para Prunier (2015), mesmo que um conflito armado seja benigno para a economia e a política (e, ainda, geopolítica), devido aos interesses envolvidos, ele tem um efeito cultural que pode se caracterizar de maneira negativa para a sociedade e, até mesmo, para o próprio governo. A mediação busca caminhos alternativos para que controvérsias não cheguem à extremidade de uma guerra. Porém, recordamos que a diplomacia tem legalidade para apontar qualquer um dos dois caminhos analisados nessas páginas, sendo que, para a mediação, o próprio corpo diplomático pode iniciar o pedido e o processo, já para a guerra o corpo diplomático rompe as relações com o outro país e aguarda o chefe do Estado autorizar o confronto.

Este estudo tem algumas limitações sendo: (1) não houve aprofundamento do viés econômico sobre as duas possibilidades (mediação ou guerra); (2) não houve discussão sobre lucros de guerra, ganho de mercado e aumento do espaço geográfico; (3) utilizou-se apenas de dois estudos de casos em uma única região; e (4) não se utilizou de comparação com outras regiões do globo para mensurar e descobrir novas interpretações tanto das mediações quanto dos conflitos.

No seguimento deste estudo, sugerimos pesquisas que preenchem as lacunas das limitações acima citadas, incluindo: (1) o ganho econômico da guerra diante das perdas humanas; (2) a influência política da decisão de mediar ou guerrear frente às consequências sociais; (3) averiguar outras soluções de controvérsias que não configurem mediação ou guerra; (4) pesquisar as novas formas de finalizar uma controvérsia para o século XXI; e (5) mensurar a maturidade política, diplomática e religiosa das regiões de conflitos armados históricos. Este estudo possibilitou observar a diplomacia, proporcionar conhecimento e dar continuidade aos estudos sobre mediações e conflitos com intuito de reflexão e compreensão desses dois fenômenos internacionais.

## REFERÊNCIAS

- Barrinha, André. 2013. “Olhar o passado para pensar o presente: o Realismo Clássico e os Estudos Críticos de Segurança.” *Revista Nação e Defesa*, n. 135, 5 série. p. 201-213, 2013.
- Batalha, Alexandrina Pereira. 2015. *Geopolítica das grandes pandemias e endemias na África subsaariana*. Lisboa: edição Cosmos, 2015.
- Convenção de Viena. 1961. Decreto-Lei nº 48295. *Convenção sobre Relações Diplomáticas de 18 de Abril de 1961*. Disponível em: [https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/images/pdf/Protocolo-estado/viena\\_diplom%C3%A1ticas.pdf](https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/images/pdf/Protocolo-estado/viena_diplom%C3%A1ticas.pdf)
- Fortin, Marie Fabienne. 2009. *O Processo de Investigação: da concepção à realização*. 5. ed. Lisboa: Lusociência, 2009.
- Gomes, Áureo de Toledo. 2017. “A Escola Galesa de Estudos Críticos em Segurança Internacional: 25 anos depois.” *Revista Carta Internacional*, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 173-197, 2017. Disponível em: <https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/609>.
- Jesus, José Duarte. 2014. *Diplomacia*. *Enciclopédia das Relações Internacionais*. Org. Nuno Canas Mendes e Francisco Pereira Coutinho. Institu-

to Superior de Ciências Sociais e Políticas. Universidade de Lisboa. Publicações Dom Quixote, 2014.

- Jönsson, Christer, and Karin Aggestam. 2009. *Diplomacy and Conflict Resolution. The SAGE Handbook of Conflict Resolution*, Edited by Jacob Bercovitch, Victor Kremenyuk and I William Zartman, Sage Publications, 2009.
- Lara, António Sousa. 2011. *Subversão e Guerra Fria. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas*. Universidade Técnica de Lisboa: Coleção Manuais Pedagógicos, 2011.
- Lara, António Sousa. 2017. *Ciência Política: estudo da Ordem e da Subversão*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Universidade de Lisboa. 9 ed. Lisboa: Coleção Manuais Pedagógicos, 2017.
- Lasmar, Jorge Mascarenhas. 2017. *Segurança e Estudos Estratégicos. Paz e Guerra: Contributo para o diálogo entre Direito Internacional e Relações Internacionais*. Org. António de Sousa Lara, Roberto Correia da Silva Gomes Caldas e Jamile Bergamaschine Mata Diz. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Universidade de Lisboa. Guide artes gráficas, 2017.
- Mendes, Nuno Canas. 2017. *História e Conjuntura nas Relações Internacionais*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Universidade de Lisboa. 2 ed. Lisboa: Coleção Manuais Pedagógicos, 2017.
- Marshall, Peter. 1990. *The Dynamics of Diplomacy*. London: The Diplomatic Academy of London, 1990.
- Neu, Joyce. 2002. *Restoring Relations between Uganda and Sudan: The Carter Center process. Conciliation Resources Accord an International review of Peace initiatives*. Issue editor: Okello Lucima, 11, London, 2002. Disponível em: <http://www.c-r.org/accord/northern-uganda/restoring-relations-between-uganda-and-sudan-carter-center-process-2002> .
- Organização das Nações Unidas. 1945. *Charter of the United Nations*. Disponível em: <http://www.un.org/en/sections/un-charter/chapter-vi/index.html>.
- Organização das Nações Unidas. 2012. *Guidance for Effective Mediation*, September. Disponível em: [https://peacemaker.un.org/sites/peacemaker.un.org/files/GuidanceEffectiveMediation\\_UNDPA2012%28english%29\\_0.pdf](https://peacemaker.un.org/sites/peacemaker.un.org/files/GuidanceEffectiveMediation_UNDPA2012%28english%29_0.pdf).
- Organização das Nações Unidas. 2018. *Prevention and Mediation*. Disponível em: <https://dpa.un.org/en/prevention-and-mediation>.

- Organização das Nações Unidas. 2019. *Digital Toolkit*. Disponível em: <https://peacemaker.un.org/digitaltoolkit>.
- Organização das Nações Unidas. 2019. *Peace Agreements*. Disponível em: <https://peacemaker.un.org/document-search>.
- Piepoli, Sónia Infante Girão Frias. 2001. *Impactos Sociais da Guerra: apontamento sobre a mudança vivida em quatro localidades do interior de Moçambique. Populações, Ambiente e Desenvolvimento em África*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Coordenação de Óscar Soares Barata e Sónia Infante Girão Frias Piepoli. Universidade de Lisboa. Lisboa: ACMA, 2001.
- Prunier, Gérard. 2015. The Eritrean question. In *Understanding contemporary Ethiopia: monarchy, revolution and legacy of meles zenawi*. Editors Gérard Prunier and Éloi Ficquet. Hurts Company, London, 2015.
- Santos, Victor Marques, e Maria João Militão Ferreira. 2012. *Teoria das Relações Internacionais*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Universidade de Lisboa. Lisboa: Coleção Manuais Pedagógicos, 2012.
- Santos, Victor Marques. 2012. *Elementos de Análise de Política Externa*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Universidade de Lisboa. Lisboa: Coleção Manuais Pedagógicos, 2012.
- Sales, Lilia Maia de Moraes. 2016. “Técnicas de mediação de conflitos e técnica da reformulação – novo paradigma e nova formulação para os profissionais do direito.” *Revista Novos Estudos Jurídicos – Eletrônica*, v. 21, n.3, set/dez, 2016.
- So História. 2019. *Lista cronológica de guerras e conflitos mundiais*. Virtuous Tecnologia da Informação, 2009-2019. Retirado de <http://www.sohistoria.com.br/ef2/cronologiaguerras/>.
- University of Texas. 1995. *Map of Africa*. Retirado de [https://legacy.lib.utexas.edu/maps/middle\\_east\\_and\\_asia/n\\_africa\\_mid\\_east\\_pol\\_95.jpg](https://legacy.lib.utexas.edu/maps/middle_east_and_asia/n_africa_mid_east_pol_95.jpg).
- Zahreddine, Danny. 2017. *Estado Nacional e os novos conflitos armados. Paz e Guerra: Contributo para o diálogo entre Direito Internacional e Relações Internacionais*. Org. António de Sousa Lara, Roberto Correia da Silva Gomes Caldas e Jamile Bergamaschine Mata Diz. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Universidade de Lisboa. Guide artes gráficas, 2017.

## **RESUMO**

O artigo busca compreender as influências da diplomacia em controvérsias. Observamos casos no continente Africano, os quais detecta-se num mesmo espaço geográfico, seguido de proximidade de datas e, por fim, controvérsias semelhantes, nos quais houve escolhas diplomáticas distintas entre a mediação e confronto. Conclui-se que a diplomacia, a mediação e o conflito armado são escolhas do sistema político em que estamos inseridos. São ferramentas para obter poder, influência e dinheiro num espaço geopolítico onde os Estados se enfrentam ou cooperam entre si para um objetivo específico.

## **PALAVRAS-CHAVE**

Diplomacia; África; Mediação; Confronto.

*Recebido em 16 de dezembro de 2020*

*Aceito em 25 de janeiro de 2020*